

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS CASOS DE COVID-19 EM AUGUSTINÓPOLIS-TO

Rafaela El Kadre De Melo Souto¹;

Cristina Limeira Leite²;

Paula Cristina de Sousa Vieira³;

Alessandra Felix da Silva Andre⁴;

Dhonnell Oliveira da Silva⁵;

Leise Marcello Pimenta Bueno⁶;

Esther Cytrynbaum Young⁷;

Lílian Natália Ferreira De Lima⁸.

RESUMO: Este capítulo analisa o perfil sociodemográfico dos casos confirmados de COVID-19 no município de Augustinópolis, Tocantins, entre os anos de 2020 e 2021. Os dados foram obtidos a partir das fichas de notificação da Secretaria Municipal de Saúde e organizados por sexo, raça/cor e ano de notificação. No total, foram registrados 3.163 casos, correspondendo a aproximadamente 16,76% da população municipal. Observou-se maior concentração de casos em 2020 (62,3%), com queda expressiva em 2021 (37,7%). No recorte por sexo, a população feminina foi mais acometida, representando 56% das notificações. Essa prevalência está associada, segundo a literatura, à maior procura das mulheres pelos serviços de saúde, além de fatores socioculturais que influenciam comportamentos relacionados à prevenção. Em relação à raça/cor, a maioria dos infectados se declarou parda (1.392 casos), seguida pelas raças branca (279), preta (116) e indígena (1). Os dados também evidenciaram redução nos casos entre indivíduos brancos e amarelos no ano de 2021. Entretanto, houve significativa omissão no preenchimento do campo “raça/cor”, com 1.168 fichas sem essa informação. Estudos apontam que a subnotificação em grupos racializados, especialmente pretos, pode estar relacionada ao racismo estrutural, que dificulta o acesso à testagem, tratamento e medidas de prevenção. Diante disso, reforça-se a importância de políticas públicas que considerem as desigualdades sociais e raciais no enfrentamento de emergências sanitárias, bem como a qualificação dos registros epidemiológicos para subsidiar decisões mais eficazes e inclusivas no âmbito da saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Augustinópolis. Perfil Epidemiológico. Raça/Cor. Saúde Pública.

SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF COVID-19 CASES IN AUGUSTINÓPOLIS-TO

ABSTRACT: This chapter analyzes the sociodemographic profile of confirmed cases of COVID-19 in the municipality of Augustinópolis, Tocantins, between 2020 and 2021. The data were obtained from notification forms of the Municipal Health Department and organized by sex, race/color, and year of notification. In total, 3,163 cases were recorded, corresponding to approximately 16.76% of the municipal population. A higher concentration of cases was observed in 2020 (62.3%), with a significant decrease in 2021 (37.7%). In terms of sex, the female population was more affected, representing 56% of notifications. This prevalence is associated, according to the literature, with women's greater demand for health services, in addition to sociocultural factors that influence behaviors related to prevention. Regarding race/color, most of those infected declared themselves to be brown (1,392 cases), followed by white (279), black (116), and indigenous (1). The data also showed a reduction in cases among white and Asian individuals in 2021. However, there was a significant omission in filling out the "race/color" field, with 1,168 forms without this information. Studies indicate that underreporting in racialized groups, especially blacks, may be related to structural racism, which hinders access to testing, treatment, and prevention measures. In view of this, the importance of public policies that consider social and racial inequalities in dealing with health emergencies is reinforced, as well as the qualification of epidemiological records to support more effective and inclusive decisions in the scope of public health.

KEY-WORDS: COVID-19. Augustinópolis. Epidemiological Profile. Race/Color. Public Health.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, evidenciou desigualdades sociais profundas em escala global e, particularmente, no Brasil, onde os efeitos sanitários se somaram a vulnerabilidades históricas do sistema de saúde. A emergência sanitária escancarou a disparidade no acesso à informação, testagem, tratamento e vacinação, afetando de maneira mais intensa grupos sociais em situação de vulnerabilidade, como mulheres, pessoas negras, indígenas, trabalhadores informais e habitantes de áreas periféricas (Baqui et al., 2020; Ribeiro et al., 2022).

Embora os dados nacionais e estaduais tenham fornecido uma visão ampla da crise, o olhar atento para os territórios revela dinâmicas locais que muitas vezes permanecem invisibilizadas. Municípios de pequeno porte, sobretudo aqueles situados na região Norte, enfrentaram desafios particulares relacionados à fragilidade da rede de atenção à saúde, à baixa capacidade instalada para vigilância epidemiológica e à escassez de recursos humanos e materiais (Silva & Lima, 2021). O Tocantins, inserido na Amazônia Legal, apresenta uma realidade marcada por contrastes sociais e geográficos, o que influencia

diretamente na forma como a pandemia se manifestou e foi enfrentada em seus municípios.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico dos casos confirmados de COVID-19 em Augustinópolis – TO, no período de 2020 a 2021, com ênfase nas variáveis de sexo, raça/cor e ano de notificação. A intenção é contribuir para o debate sobre as iniquidades em saúde reveladas pela pandemia e fornecer subsídios para o planejamento de ações mais equitativas em contextos similares.

METODOLOGIA

O presente capítulo é resultado de um estudo de natureza descritiva e documental, com abordagem quantitativa, cujo objetivo geral foi analisar os impactos regionais da mortalidade por COVID-19 no município de Augustinópolis, localizado no extremo norte do Tocantins, a partir de dados secundários extraídos de fontes oficiais.

Foram utilizados dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), referente ao período de março de 2020 a dezembro de 2022. A coleta de dados foi realizada por meio da plataforma TABNET, considerando as variáveis: número absoluto de óbitos por COVID-19, sexo, faixa etária, raça/cor e local de ocorrência (hospitalar ou domiciliar).

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva simples, com a construção de tabelas e gráficos elaborados no software Microsoft Excel®, buscando evidenciar tendências e desigualdades locais em relação à mortalidade.

Este estudo não envolveu seres humanos diretamente e, portanto, está isento de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados epidemiológicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Augustinópolis, referentes aos anos de 2020 e 2021, identificaram-se 3.163 casos confirmados de COVID-19 no município, o que corresponde a 16,76% da população total, conforme dados do IBGE (2021).

Em 2020, foram registrados 1.971 casos, representando 62,3% do total. No ano seguinte, houve uma queda significativa, com 1.192 casos confirmados, equivalendo a 37,7%. A diferença de 779 casos entre os anos indica uma redução expressiva da infecção no município (Figura 1).

Adiminuição no número de notificações pode estar associada às medidas de prevenção adotadas pelo governo municipal, como o uso obrigatório de máscaras, disponibilização de álcool em gel, distanciamento social, isolamento de casos e, em situações críticas, a aplicação do lockdown, seguindo diretrizes do Governo do Estado (Governo Do Tocantins,

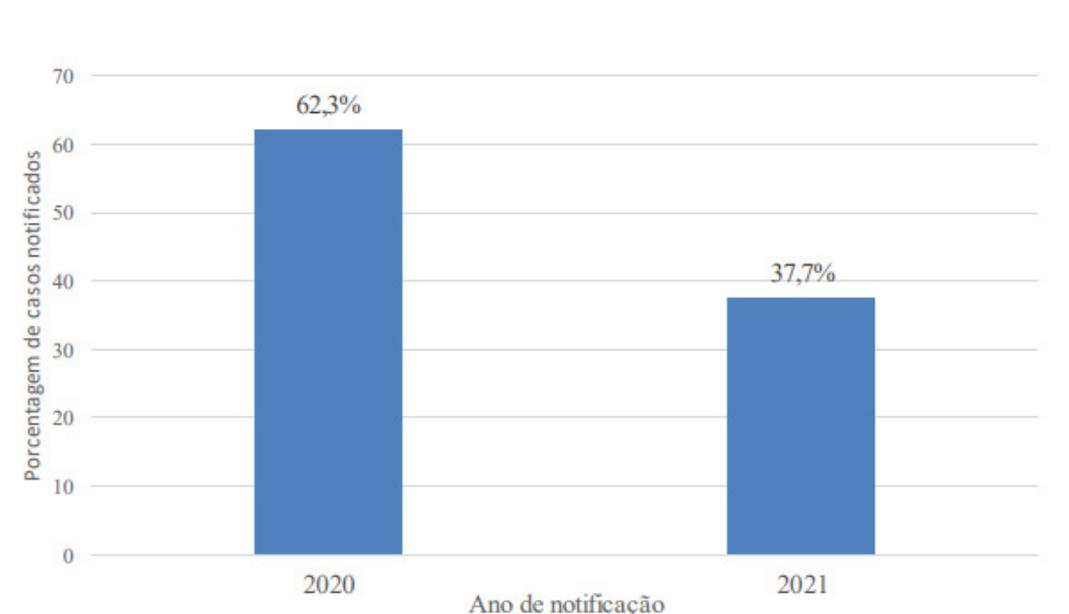
2022).

Esses resultados contrastam com o panorama observado em outras regiões do Estado do Tocantins e do Brasil, onde os dados da Secretaria Estadual de Saúde (2021) e do Ministério da Saúde (2021) apontam aumento na incidência da COVID-19 no mesmo período.

A flexibilização das medidas de prevenção em 2021, como a reabertura de comércios e o funcionamento estendido de estabelecimentos, mesmo que com protocolos sanitários, também pode ter contribuído para o aumento dos casos em outros contextos, conforme decretos estaduais estabelecidos individualmente por cada governo.

É necessário considerar a possibilidade de subnotificações, como destacam Prado et al. (2020) e os dados da plataforma *Our World in Data* (2022). As limitações na testagem, a escassez de insumos, falhas operacionais e orientações voltadas à testagem apenas de casos sintomáticos ou graves podem ter reduzido a identificação real dos infectados, gerando dados inferiores à realidade vivida no país.

Figura 1. Gráfico de barras demonstrando a prevalência de casos em 2020 e 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Conforme os dados epidemiológicos divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde (2021), o índice de contágio por COVID-19 no município de Augustinópolis foi menor entre os homens quando comparado às mulheres. No período de 2020 a 2021, foram registrados 1.426 casos no sexo masculino — sendo 901 em 2020 e 525 em 2021. Já entre as mulheres, o total de casos foi de 1.737, com 1.070 registros em 2020 e 667 em 2021, conforme ilustrado na Tabela 1.

Apesar da redução geral no número de notificações em 2021, a população feminina continuou sendo a mais afetada, representando 56% dos casos clínicos confirmados. Esse padrão também foi observado em nível estadual, com maior prevalência entre as mulheres, de acordo com os dados consolidados da Secretaria Estadual de Saúde (2021).

Uma possível explicação para esse cenário está relacionada à maior busca das mulheres pelos serviços de saúde, tanto para prevenção quanto para tratamento de sintomas, conforme discutido por Souza et al. (2020). Segundo o estudo, essa conduta difere do comportamento masculino, que tende a evitar cuidados regulares e preventivos, mesmo quando os serviços estão disponíveis nos diversos níveis de atenção à saúde.

Por outro lado, esse padrão local e estadual contrasta com as evidências apresentadas por Ten-Caten et al. (2021), que destacam fatores biológicos como determinantes da maior vulnerabilidade masculina à infecção pelo coronavírus.

Tabela 1. Caracterização do sexo da amostra no período de 2020 e 2021.

	Ano		Total	p*
	2020	2021		
Sexo				
Feminino	1070 (54,3)	667 (56,0)	1737 (54,9)	0,36
Masculino	901 (45,7)	525 (44,0)	1426 (45,1)	

*Qui-quadrado; n = frequência absoluta; % = frequência relativa

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A análise dos casos confirmados por raça apresentou valor de $p < 0,1$, indicando alteração estatisticamente significativa entre os anos avaliados. Observou-se uma variação expressiva nos casos notificados entre as raças branca e amarela. Em 2020, foram registrados 209 casos na população branca e 207 na amarela. No entanto, em 2021, houve queda acentuada: a população branca apresentou apenas 70 casos, enquanto não houve registros entre a população amarela.

Tabela 2. Caracterização da raça da amostra no período de 2020 e 2021.

Raça	Ano		Total	p*
	2020	2021		
Amarela	207 (10,5)‡	0 (0,0)	207 (6,5)	<0,01
Branca	209 (10,6)‡	70 (5,9)	279 (8,8)	
Indígena	1 (0,1)	0 (0,0)	1 (0,0)	
Parda	877 (44,5)	515 (43,2)	1392 (44,0)	
Preta	85 (4,3)	31 (2,6)	116 (3,7)	
Ignorado	592 (30,0)	576 (48,3)	1168 (36,9)	

*Qui-quadrado; ‡Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em contraste, a população parda manteve-se com o maior número de casos nos dois anos analisados, totalizando 1.392 notificações, com maior concentração em 2020. Já entre os indígenas, houve apenas um caso confirmado no período avaliado. Apesar da obrigatoriedade do preenchimento completo das fichas de notificação, os dados disponíveis revelam uma lacuna considerável: 1.168 fichas apresentam o campo “raça” ignorado.

Dentre os registros válidos, os indivíduos autodeclarados pardos concentraram a maior parte das notificações, representando 44% dos casos (1.392 pessoas). A raça branca aparece em seguida, com 279 notificações. A população preta representa apenas 3,7% dos casos confirmados, com 116 registros, o que levanta discussões relevantes sobre a subnotificação nessa população.

Goes, Gomes e Ferreira (2020) destacam que essa subnotificação pode estar associada ao racismo estrutural, que dificulta o acesso da população preta à testagem e aos serviços de saúde, mesmo quando apresentam sintomas. Segundo os autores, essa barreira gera subnotificação, diagnóstico tardio e maior risco de desfechos graves, como hospitalizações e óbitos, uma vez que essa população enfrenta dificuldades adicionais no acesso ao cuidado, em comparação com a população branca (Oliveira et al., 2020).

Outro fator agravante, segundo Goes, Gomes e Ferreira (2020), é que grande parte da população preta permaneceu em atividade laboral durante a pandemia, impossibilitada de realizar isolamento ou distanciamento social devido à vulnerabilidade socioeconômica.

CONCLUSÃO

A análise dos dados epidemiológicos sobre a COVID-19 no município de Augustinópolis evidenciou desigualdades significativas em relação ao sexo e à raça dos indivíduos acometidos pela doença. Observou-se maior incidência entre mulheres e pessoas autodeclaradas pardas, o que reflete tanto o padrão identificado em nível estadual quanto as particularidades locais no enfrentamento da pandemia. Além disso, a subnotificação de casos entre a população preta e o elevado número de fichas com campos de raça ignorados

revelam fragilidades no preenchimento e na sistematização das informações, dificultando a efetividade das ações de saúde pública.

Esses achados reforçam a importância de uma vigilância epidemiológica mais sensível às desigualdades sociais e estruturais que afetam o acesso ao diagnóstico, tratamento e prevenção da COVID-19. A adoção de estratégias específicas voltadas à equidade racial e de gênero, bem como a qualificação dos registros de notificação, são medidas fundamentais para a promoção de uma resposta mais justa e eficiente às crises sanitárias, tanto no contexto atual quanto em futuras emergências de saúde pública.

REFERÊNCIAS

BAQUI, P. et al. ***Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study***. *The Lancet Global Health*, [S.l.], v. 8, n. 8, p. e1018-e1026, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30285-0](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30285-0).

RIBEIRO, K. B. et al. ***Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil***. *International Journal of Epidemiology*, [S.l.], v. 51, n. 3, p. 732–741, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/ije/dyac003>.

SILVA, A. P.; LIMA, L. D. ***Desigualdades regionais e financiamento federal do SUS: um olhar sobre o período da COVID-19***. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. spe1, p. 41-58, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E104>.